SANCIONADO

Cadastro positivo trará benefícios aos consumidores

Expectativa é que juros sejam menores nas negociações

RODRIGO SOARES / Redação DS

O cadastro positivo, banco de dados que reúne as informações de crédito dos bons pagadores, foi sancionado pelo presidente da república Jair Messias Bolsonaro e agora passa a ser automático. O texto havia sido aprovado nos Plenários da Câmara dos Deputados no dia 20 de fevereiro e do Senado Federal no dia 13 de março, democratizando o acesso ao crédito e estimulando a competição entre instituições financeiras e varejo.

De acordo com o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Tangará da Serra, Alessandro Rodrigues, a novidade vem de encontro aos anseios dos consumidores e comerciantes, garantindo uma série de benefícios nas realizações de negócios. "Felizmente fomos contemplados com essa novidade. Quem está com o nome negativado encontra algumas barreiras para adquirir produtos. Com o cadastro positivo, automaticamente vai encontrar muitas facilidades", comentou o presidente, ao destacar que a expectativa é que os consumidores consigam bons descontos nas relações financeiras.

Bom pagador terá benefícios com a nova lei

"A instituição financeira vai identificar o bom pagador no cadastro positivo, e automaticamente terá a intenção de atendê-lo com taxas de juros menores porque sabe que aquele cliente vai liquidar as parcelas devido ao bom histórico", explicou.

Apesar do histórico de bom pagador ser disponibilizado nas relações de negócios, a proteção de dados sensíveis e o sigilo bancário permanecem preservados, como todas as demais exigências previstas no Código de Defesa do Consumidor, garantindo que as informações dos cadastrados sejam utilizadas única e exclusivamente para fins de análise de crédito.

Os bancos de dados são operados por instituições autorizadas pelo Banco Central, entre as quais o SPC Brasil, braço de produtos e serviços do Sistema da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

ECONOMIA

Governo quer reduzir pela metade o preço do gás de cozinha

Gás de cozinha atualmente é caro para trabalhadores

Agência Brasil

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse hoje, 09, que o governo pretende reduzir pela metade o preço do gás de cozinha no país em dois anos. De acordo com o ministro, para conseguir essa redução, é preciso quebrar o monopólio do refino e da distribuição.

"Daqui a dois anos, o botijão de gás vai chegar na metade do preço na casa do trabalhador brasileiro. Vamos quebrar esses monopólios e vamos baixar o preço do gás e do petróleo com a competição", disse Guedes.

Ao participar da 22ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília, Guedes disse que o monopólio da Petrobras no refino do gás torna o preço do produto mais caro no Brasil. O ministro afirmou ainda que a solução para a falta de recursos vem do petróleo, especificamente da exploração da camada do pré-sal.

Guedes defendeu junto aos prefeitos a aprovação da reforma da Previdência, ressaltando que a reforma vai liberar recursos para os entes municipais. "Todos já sabemos que a reforma da Previdência é

> **Daqui a dois anos, o botijão vai chegar na metade**

importante também para municípios e estados", afirmou.

O ministro disse ainda que o governo trabalha para unificar ainda este ano até cinco tributos e que se a mudança for efetivada a arrecadação será compartilhada com estados e municípios.